

Mercado de crédito em dados

2º Sem 2021

Resultados positivos, mas em meio ao aumento de juros



instituto

Propague

stone



Sumário executivo

O início de 2022 veio com a disponibilização de dados do mercado de crédito referentes ao segundo semestre de 2021. Seguindo o objetivo de oferecer um overview periódico do mercado e análises que facilitem seu acompanhamento, o Instituto Propague lança uma nova edição do relatório Mercado de Crédito em Dados em parceria com o time de Economic Research da Stone.

O segundo semestre de 2021 foi marcado por uma reversão da trajetória de juros no país depois de um período de baixa: deparado com o rápido aumento da inflação, a autoridade monetária saiu de uma meta da taxa Selic de 2% a.a para 9,25% a.a, aumento de 7,25 pontos percentuais em apenas 12 meses. Olhando para a taxa de juros média, depois de forte queda em 2020, ela rapidamente atingiu os patamares pré-crise e aumentou quase 5 pontos percentuais ao ano em apenas 12 meses. Tal aumento é expressivo no longo prazo, podendo levar à contração da oferta de crédito.

Em números absolutos, no entanto, saímos de cerca de R\$ 2,2 trilhões de saldo em nov/20 para R\$ 2,6 trilhões em nov/21, um aumento próximo a 19,7% em apenas 1 ano. Em termos de concessões, tivemos um valor 14,1% maior no mesmo período. Assim, a piora no cenário de inflação e, principalmente,

taxas de juros ainda não refletiu nos resultados. De toda forma, é preciso acompanhar o total de crédito concedido de perto nos próximos meses, já que é uma importante métrica para termos noção de como tal piora afetará a economia.

O mesmo foi identificado para pessoas jurídicas: em nov/20, enfrentavam, em média, taxa de cerca de 10,82% ao ano e, em nov/21, de 17,88% ao ano, crescimento de cerca de 7 pontos percentuais (maior do que o da pessoa física). Assim como no mercado de pessoas físicas, isso não refletiu nos resultados ainda em 2021: entre nov/20 e nov/21, o saldo total de crédito cresceu cerca de 10,58%, chegando a quase R\$ 2 trilhões. Dados do BACEN chegam a mostrar certa estabilização das ofertas na comparação trimestral em 2021 que podem ser o primeiro indicativo da piora nas condições de crédito. De qualquer forma, tal fenômeno ainda não está explícito no conjunto de dados, pois, quando a quantidade de aprovações segue com tendência de crescimento na comparação trimestral.

Assim, a mudança macroeconômica não chegou a refletir nos resultados do mercado de crédito durante 2021, com os resultados tendo sido robustos (ainda que com exceções), sendo necessário acompanhar os desdobramentos ao longo de 2022.

1. Mercado de Crédito Pessoa Física

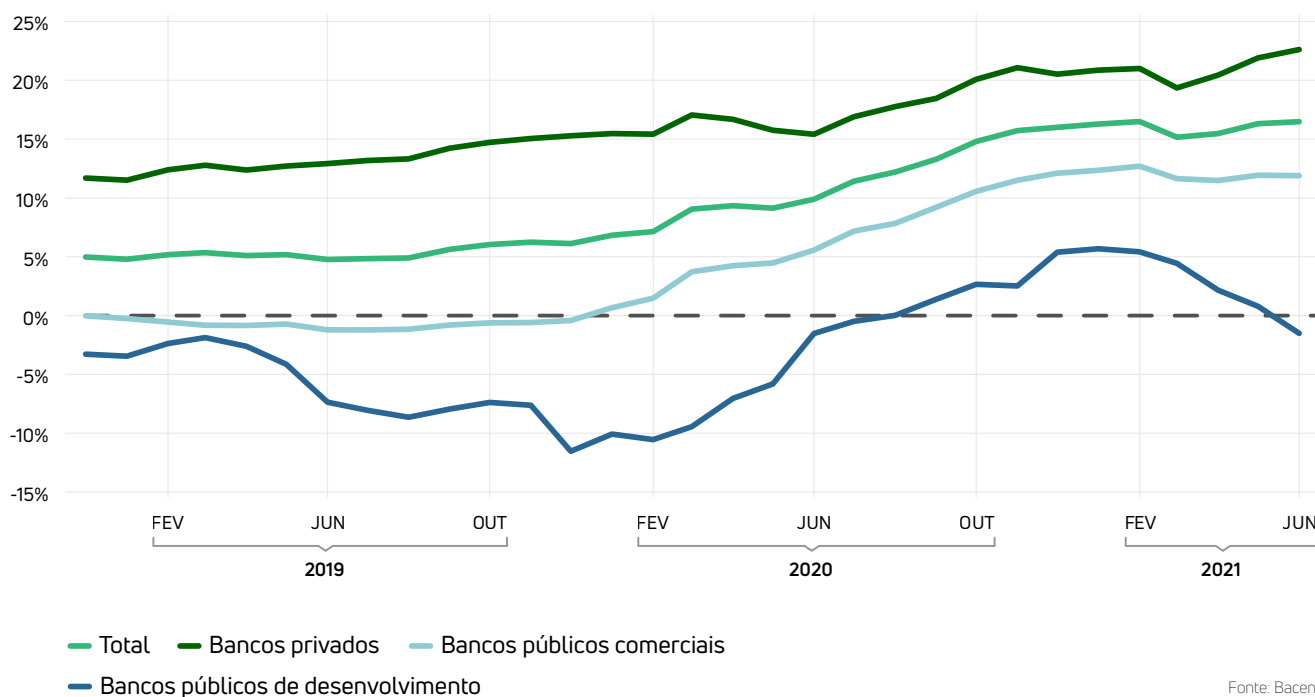
O primeiro semestre de 2021 trouxe resultados que mostraram, de forma geral, crescimento no mercado de crédito. Ao mesmo tempo, foi um período em que houve reversão na trajetória de juros do país. Considerando que houve mudança de cenário, é importante retomar algumas análises do primeiro semestre de 2021 para aprofundar as do segundo. Um ponto importante é o perfil do crescimento do setor no período: identificar quais instituições estão puxando o crescimento. No mercado de crédito para pessoas físicas no Brasil, esse forte crescimento tem sido principalmente influenciado pelos bancos privados.

A **Figura 1** apresenta a trajetória do crescimento anual de concessões de crédito para pessoas físicas desde 2019 separado pelo tipo de instituição financeira concedente do crédito (bancos privados, bancos públicos comerciais ou bancos de desenvolvimento). Vemos claramente que, durante todo o período destacado, os bancos privados apresentaram o mais alto crescimento em suas concessões, seguido pelos bancos pú-

blicos comerciais. Um possível responsável por esse fenômeno é a forte queda da taxa de juros observada no período que, aliada às praticidades e competitividade do mercado privado, ajudou no barateamento do custo de crédito desse mercado e sua consequente e forte expansão. Por outro lado, os bancos públicos de desenvolvimento, que já representaram boa parte das concessões de crédito no país¹, obtiveram taxas de crescimento anuais negativas em boa parte do período observado.

Olhando para as concessões de crédito mensais feitas pelos bancos privados², nota-se que alcançaram R\$350 bilhões em junho. O crescimento anual da carteira de crédito desses bancos teve um crescimento acelerado que passou dos 20%, superando o nível observado no período pré-crise da pandemia do COVID-19. Também chama atenção o segmento das cooperativas de crédito, que, segundo dados do Bacen, apresentou crescimento anual de 40% em junho de 2021 na sua carteira de crédito.

Figura 1: Crescimento YoY Concessões para Pessoa Física, por Tipo de Instituição



¹ Entre mar/12 e dez/13, as concessões de crédito totais lideradas pelo BNDES tiveram crescimento médio YoY de 49,4% para PF e de 29,8% para PJ. Para PJ, inclusive, chegou a representar cerca de 17% do total concedido em dez/12.

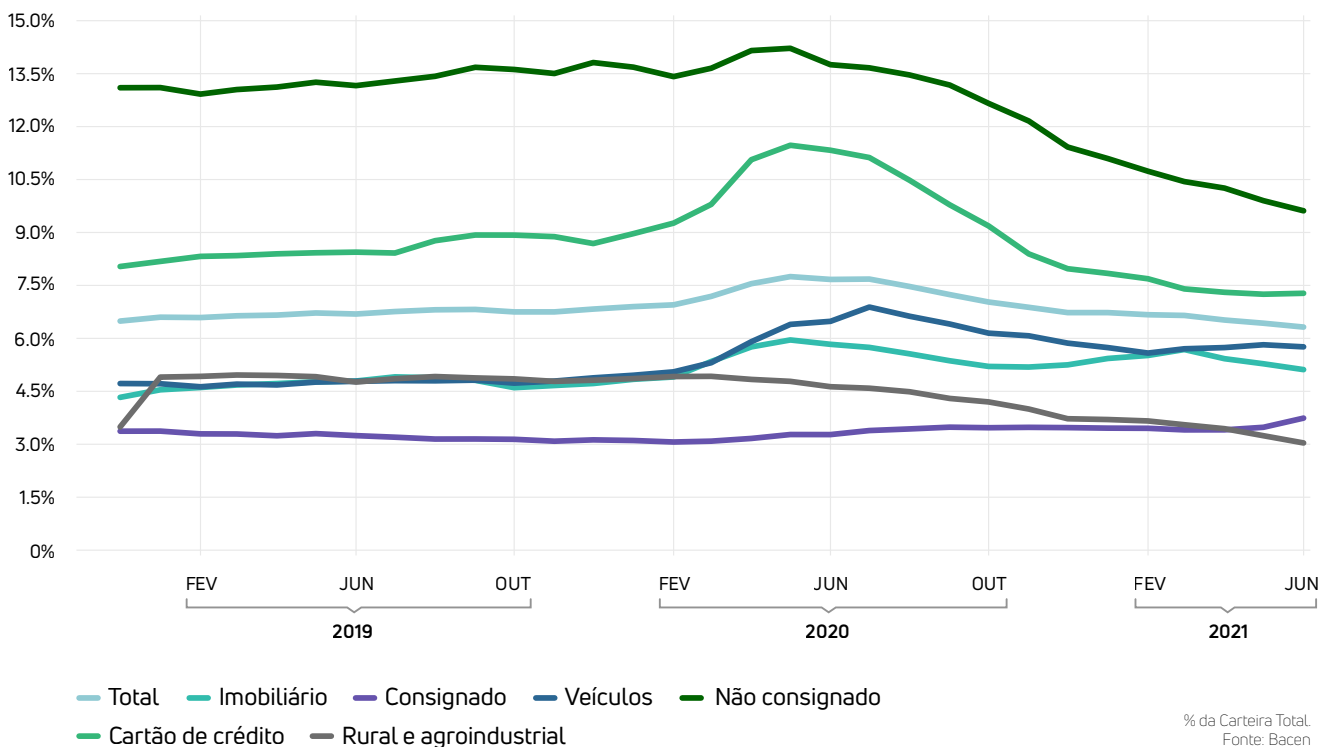
² Considerando valores deflacionados e dessazonalizados.

Além de marcado pelo foco nas instituições privadas, o cenário do mercado de crédito para pessoas físicas ao fim do primeiro semestre de 2021 também contou com outro importante fenômeno observado nos dados e que vale a pena destacar antes de passarmos para dados do segundo semestre de 2021: a queda consistente de ativos problemáticos³ para pessoas físicas destacada pela **Figura 2**.

Segundo informações do Bacen, a carteira de ativos problemáticos manteve-se estável em termos de valor, mas o aumento da carteira total PF ('efeito denominador') fez com que o percentual caísse (linha 'Total' da **Figura 2**). Contudo, mesmo com o aumento da carteira (efeito denominador⁴), os créditos classificados como ativos problemáti-

cos aumentaram mais no caso de financiamento de veículos e crédito consignado, resultando em discreto aumento do percentual nos ativos problemáticos dessas modalidades no primeiro semestre de 2021. Para todas as outras modalidades destacadas na **Figura 2**, vemos uma queda no percentual da carteira formada por ativos problemáticos, com valores bastantes expressivos nos casos de crédito 'Não consignado' e de 'Cartão de crédito', com o primeiro saindo de aproximadamente 13,8% em jun/20 para 9,6% em jun/21 e o segundo, de 11,3% em jun/20 para 7,2% em jun/21. Novamente, como tal efeito é bastante influenciado pelo 'efeito denominador', é importante ter certa cautela em sua análise e acompanhar os dados pelos próximos meses para identificar se é um fenômeno persistente desse mercado.

Figura 2: Ativos Problemáticos Pessoas Físicas



3 São consideradas como "Ativos Problemáticos" as operações de crédito em atraso há mais de noventa dias e as operações nas quais existem indícios de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada. Entende-se que há indícios de que a obrigação poderá não ser integralmente honrada, entre outros eventos, quando a operação for objeto de reestruturação e a instituição financeira reconhecer contabilmente deterioração significativa da qualidade do crédito do tomador.

4 Como o percentual dos ativos problemáticos é calculado por:
(total da carteira de ativos problemáticos PF)/(total da carteira PF),

O efeito denominador é definido como o movimento de queda do percentual de ativos problemáticos que ocorre através do aumento do total da carteira de crédito PF (denominador da conta acima) e não pela queda na carteira de ativos problemáticos em si.

Nos voltando agora para dados do segundo semestre de 2021, é possível observar um importante aspecto que ficou bastante evidente: as taxas de juros médias para pessoas físicas subiram de forma bem relevante. Antes de olharmos para o aumento da taxa de juros média em si, é importante explorarmos o contexto em que isso ocorreu.

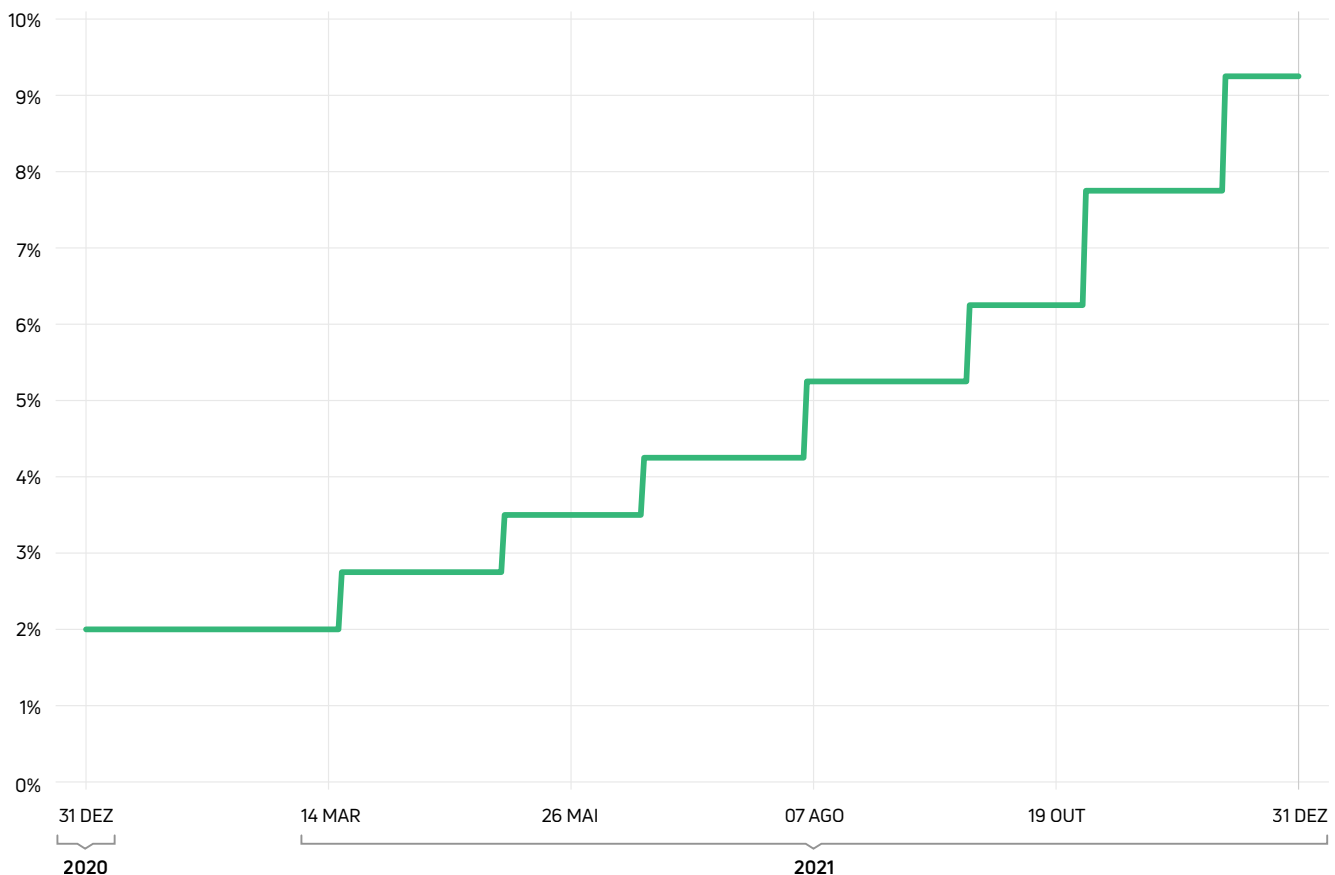
Em dezembro de 2020, segundo dados do IBGE, o IPCA⁵ acumulado em 12 meses estava em um patamar de 4,52%, próximo à meta de inflação do Bacen de 4% e dentro do limite superior permitido, de 5,5%. Em dezembro de 2021, o mesmo IPCA acumulado em 12 meses chegou a um patamar de 10,06%, muito superior ao limite do regime de metas de inflação do Bacen para o período, de 5,25%. Além disso, tal valor chegou a impressionantes 10,74% no acumulado em 12 meses em novembro de 2021, um crescimento de mais de 6 pontos percentuais quando comparado com o valor de dezembro de 2020.

Os motivos para esse crescimento bastante re-

presentativo da inflação brasileira fogem do escopo deste relatório, mas a reação do Bacen, explicitada pela **Figura 3**, é de fundamental importância para entendermos o atual cenário do mercado de crédito no país.

A **Figura 3** mostra a evolução da meta da taxa Selic estipulada pelo Bacen entre 31/12/2020 e 31/12/2021. Vemos que, deparado com o rápido aumento da inflação, a autoridade monetária saiu de uma meta da taxa Selic de 2% a.a para 9,25% a.a, um impressionante aumento de 7,25 pontos percentuais em um período de apenas 12 meses. Como a Selic é a taxa básica de juros da economia e, assim sendo, é o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central para controlar a inflação, ela influencia todas as taxas de juros do país, como as taxas de juros dos empréstimos, dos financiamentos e das aplicações financeiras. Assim, esse expressivo aumento da taxa básica de juros é responsável por uma importante mudança no cenário econômico para o mercado de crédito no Brasil.

Figura 3: Meta do Bacen para a Taxa Selic



Fonte: Bacen

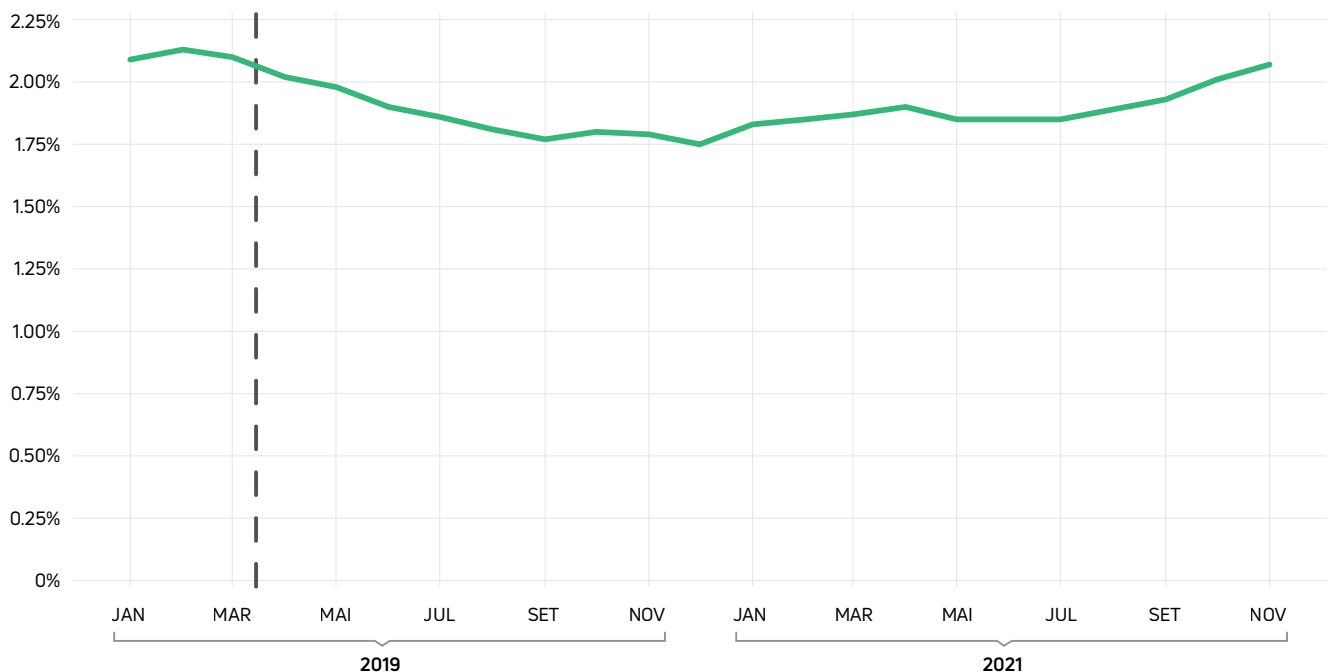
5 Principal medidor de inflação no país, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A **Figura 4** mostra a taxa de juros média enfrentada pelas Pessoas Físicas. Vemos que, depois de forte queda em 2020 com o ápice das medidas restritivas de circulação no combate à pandemia do COVID-19 (destacado pela linha vertical pontilhada), a taxa de juros média voltou a subir e rapidamente atingiu os patamares do pré-crise. Temos que, em nov/20, a pessoa física no Brasil tomava crédito a uma taxa de juros média de 1,79% a.m (ou cerca de 23,73% a.a), ao passo que, em nov/21, tal valor chegou a 2,09% a.m (ou cerca de 28,17% a.a). Esse aumento de quase 5 pontos percentuais na taxa projetada ao ano é bastante expressivo no longo prazo, principalmente quando analisado do ponto de vista do “custo de oportunidade” de se investir no

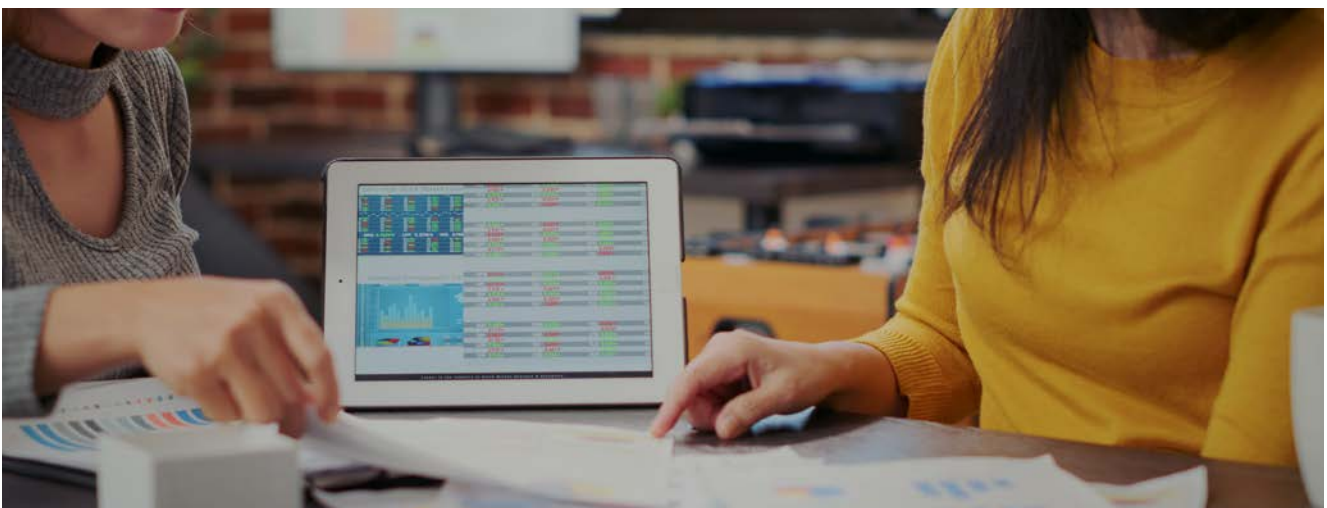
Brasil. Ou seja, com um rendimento médio maior, as pessoas têm tendência a investir menos ou, em outras palavras, os investimentos que valem o seu risco diminuem consideravelmente, levando a uma contração da oferta de crédito no país, tendendo a mudar o recente cenário de altas concessões.

No entanto, como tal mudança de cenário foi bastante brusca (em um período de menos de 1 ano), não chegou a refletir em uma reversão dos resultados do mercado ainda em 2021. Olhando os dados do segundo semestre, não foi possível identificar sinais de arrefecimento da oferta de crédito.

Figura 4: Taxas de Juros para Pessoas Físicas



Apenas Pessoas Físicas.
Fonte: Banco Central.

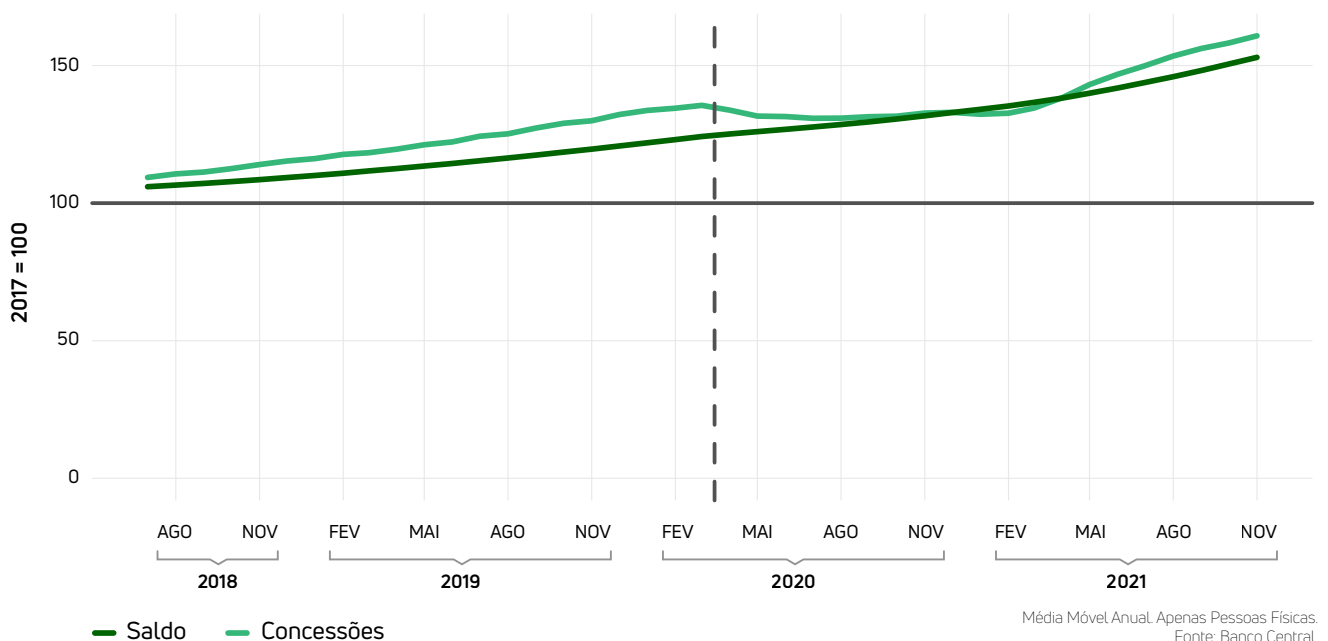


A **Figura 5** explora justamente esse ponto. Vamos que, apesar da piora do cenário no mercado de crédito do país, esse efeito ainda não foi sentido, pelo menos no que diz respeito ao saldo e ao volume de concessões totais para pessoas físicas. O saldo total de crédito para pessoa física ainda está em patamares bastante superiores àqueles encontrados na média em 2017, tendo em nov/21 um valor cerca de 53% maior. Em números absolutos, saímos de cerca de R\$ 2,2 trilhões de saldo em nov/20 para R\$ 2,6 trilhões em nov/21, um aumento próximo a 19,7% em um período de apenas 1 ano. Em termos de concessões, tivemos um valor cerca de 60% maior em nov/21 quando

comparado com a média de 2017 e, em relação à novembro de 2020, tivemos um aumento de cerca de 14,1%.

Como mencionado, esses expressivos aumentos, de concessões e saldo total, mostram que a piora no cenário para o mercado de crédito brasileiro em termos de inflação e, principalmente, taxas de juros médias não começaram a ser sentidos ainda em 2021. De toda forma, o total de crédito concedido para pessoas físicas é uma importante métrica a ser acompanhada de perto pelos próximos meses para termos uma maior noção de como essa piora nas condições de oferta de crédito afetará a economia.

Figura 5: Saldo e Concessões para Pessoa Física



A **Figura 6**, por sua vez, evidencia as dinâmicas de crescimento anual de concessão das principais modalidades de crédito para pessoas físicas no país. Aqui vale destacar, no segmento de créditos livres, as expressivas taxas de crescimento no comparativo anual, mostrando que esse segmento vem se recuperando fortemente do período de queda/baixos crescimentos durante as mais duras medidas de restrição no combate à COVID-19 e que, portanto, ainda não começou a sentir os efeitos do expressivo aumento da taxa média de juros mensal para pessoas físicas no período, mostrada pela **Figura 4**.

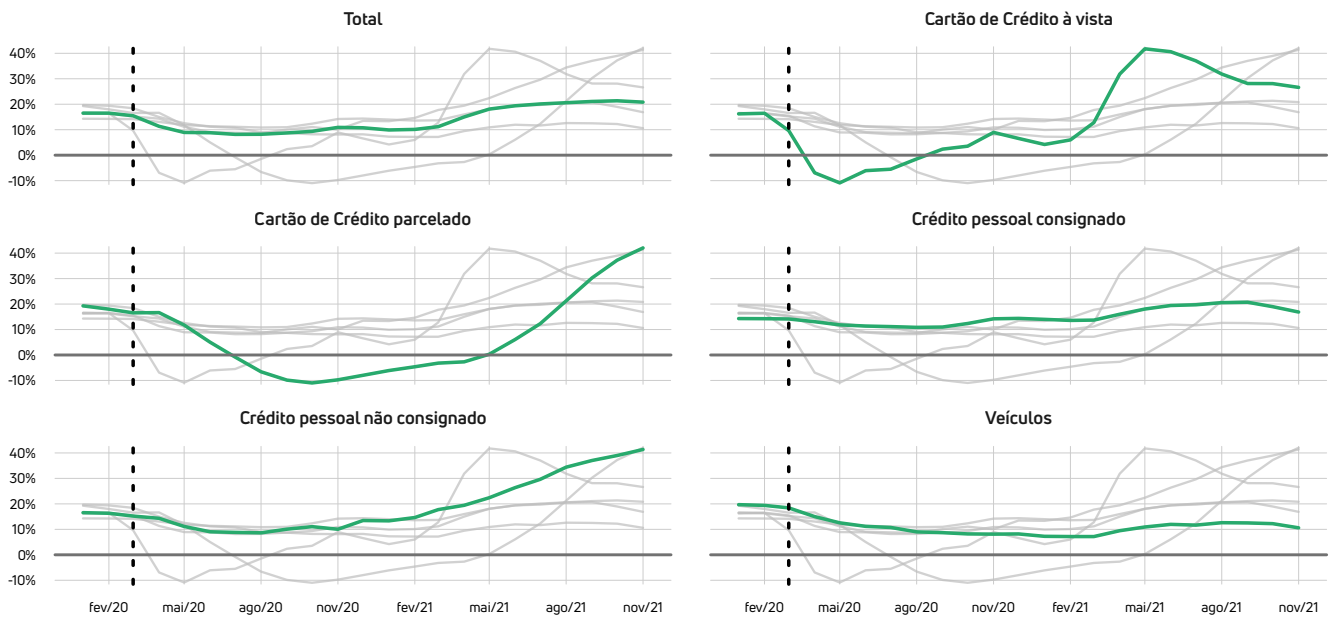
Em especial, essa forte recuperação aconteceu mesmo em modalidades historicamente consideradas de risco maior pelos bancos, como 'Cartão de crédito parcelado' e 'Crédito pessoal não consignado' que apresentaram, no comparativo anu-

al com nov/20, taxas de crescimento próximas a 40%. No setor de crédito com destinação específica, por sua vez, destaca-se principalmente as modalidades ligadas ao microcrédito que, mesmo apresentando uma queda na taxa de crescimento YoY entre out/20 e nov/21, ainda encontram-se em patamares de crescimento anual de concessão bastante elevados, com valores consistentemente superiores a 30% de crescimento anual desde jun/21.

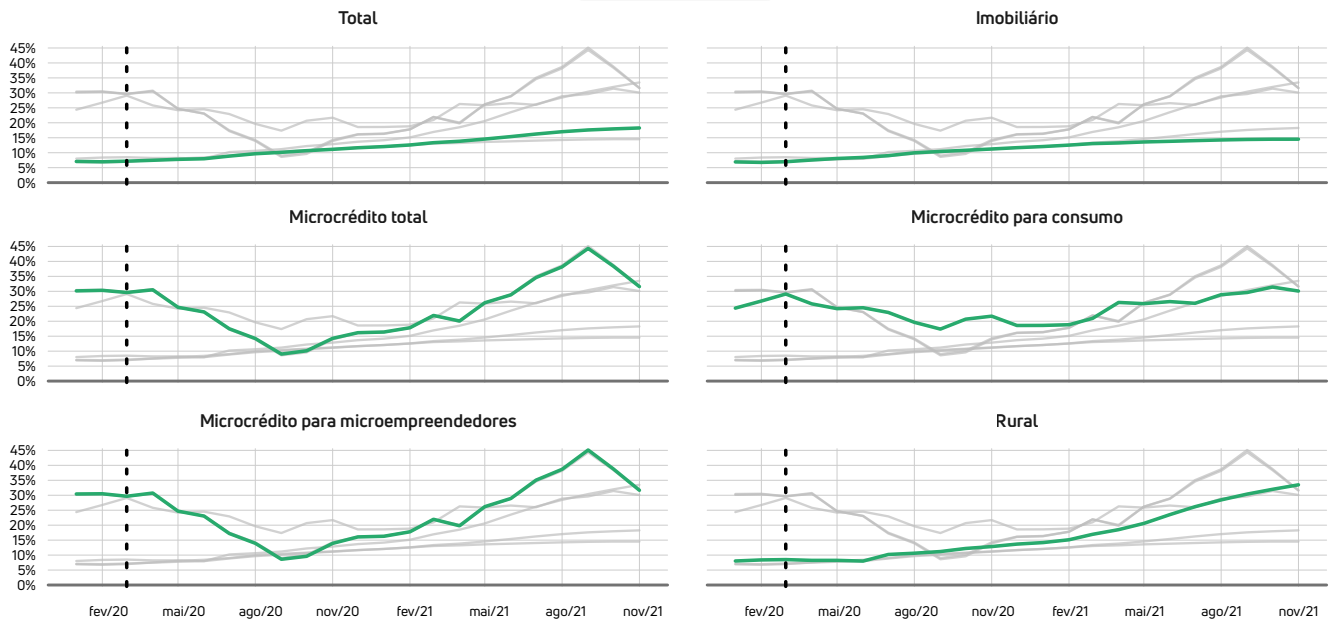
Como já destacado, no entanto, tais resultados ainda foram alcançados em um cenário consideravelmente diferente do que o mercado enfrentará pelo menos no início de 2022. Assim, será necessário acompanhar os dados de perto para identificar que tipos de efeitos estão aparecendo no mercado em decorrência do aumento das taxas de juros.

Figura 6: Crescimento YoY Concessões para Pessoa Física, por Modalidade

Crédito Livre



Crédito Direcionado



Crescimento YoY.
Fonte: Banco Central.



2. Mercado de Crédito Pessoa Jurídica

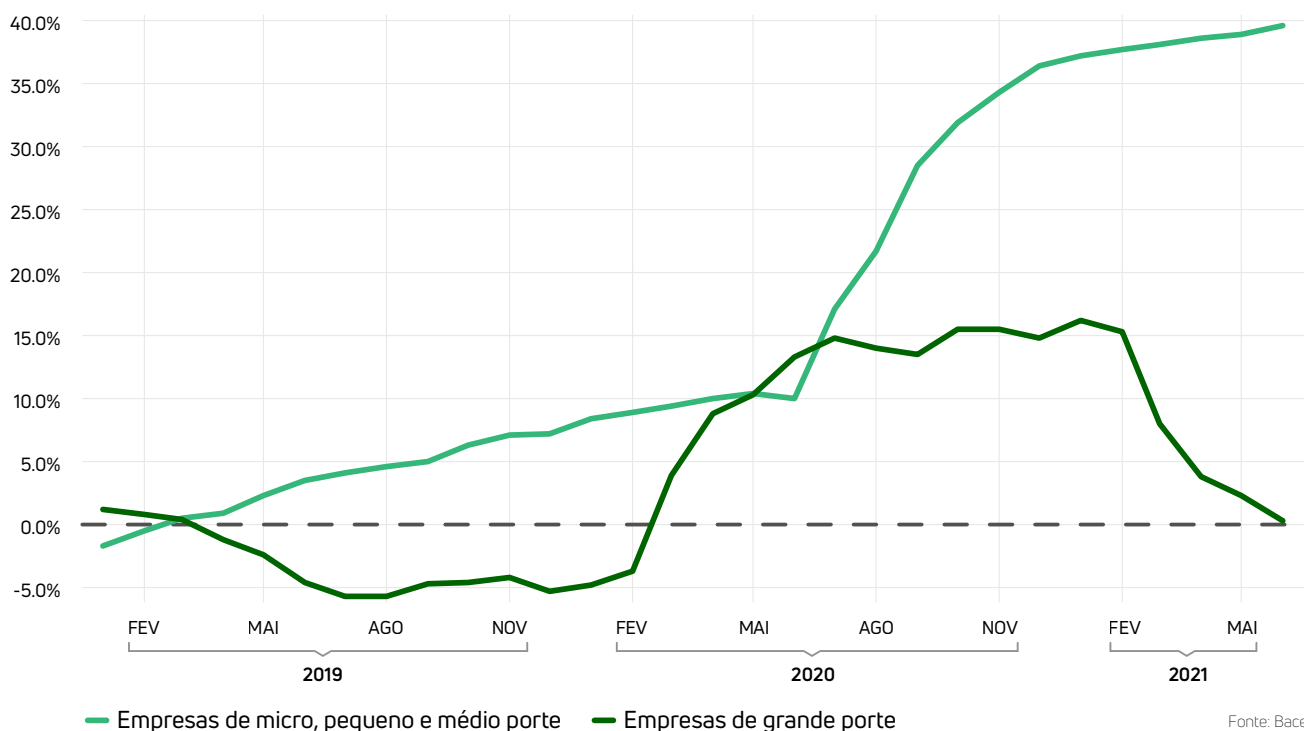
Fazendo análise equivalente para o mercado de crédito de pessoa jurídica, começamos retomando e destrinchando o perfil dos resultados do primeiro semestre de 2021 como ponto de partida para a análise do segundo. Nesse sentido, a **Figura 7** traz uma importante informação sobre a dinâmica do crescimento dessa carteira de crédito: ele é desigual quando o abrimos por porte. Vemos as MPMEs⁶ apresentarem um crescimento anual muito superior, em termos relativos, àquele apresentado pelas empresas de Grande Porte. Em especial, essa dinâmica se intensificou ao longo dos últimos anos.

Em jun/20, o crescimento da carteira das MPMEs era de 10% no comparativo com jun/19. Em jun/21, esse número chegou a 39,6% no comparativo com jun/20, um crescimento representativo de quase 30 pontos percentuais. Importante notar que essa expressiva mudança de patamar de crescimento foi influenciada pela pandemia de COVID-19, que muito provavelmente reprimiu o que seria o tamanho da carteira das MPMEs em jun/20. De qualquer forma, no mínimo, temos que

as MPMEs apresentam forte recuperação da crise, aumentando consideravelmente sua carteira de crédito.

Olhando para os mesmos números em empresas de Grande Porte, temos que, em jun/20 o crescimento anual no comparativo com jun/19 estava em 13,3%, caindo para apenas 0,3% em jun/21 no comparativo com jun/20. Novamente, esses números devem estar fortemente influenciados pela pandemia da COVID-19. Vemos, por exemplo, que antes da pandemia as empresas de Grande Porte apresentaram taxas de crescimento anuais negativas, dando um salto bastante relevante justamente no pior momento das medidas restritivas de circulação no combate à pandemia, indicando que tais empresas tomaram bastante crédito durante o período para conseguir enfrentá-lo. É, portanto, natural que o ritmo de crescimento da carteira tenha caído bastante no comparativo anual. De qualquer forma, o comparativo com a dinâmica para as MPMEs no mesmo período segue sendo relevante.

Figura 7: Crescimento Anual da Carteira para Pessoa Jurídica, por Porte



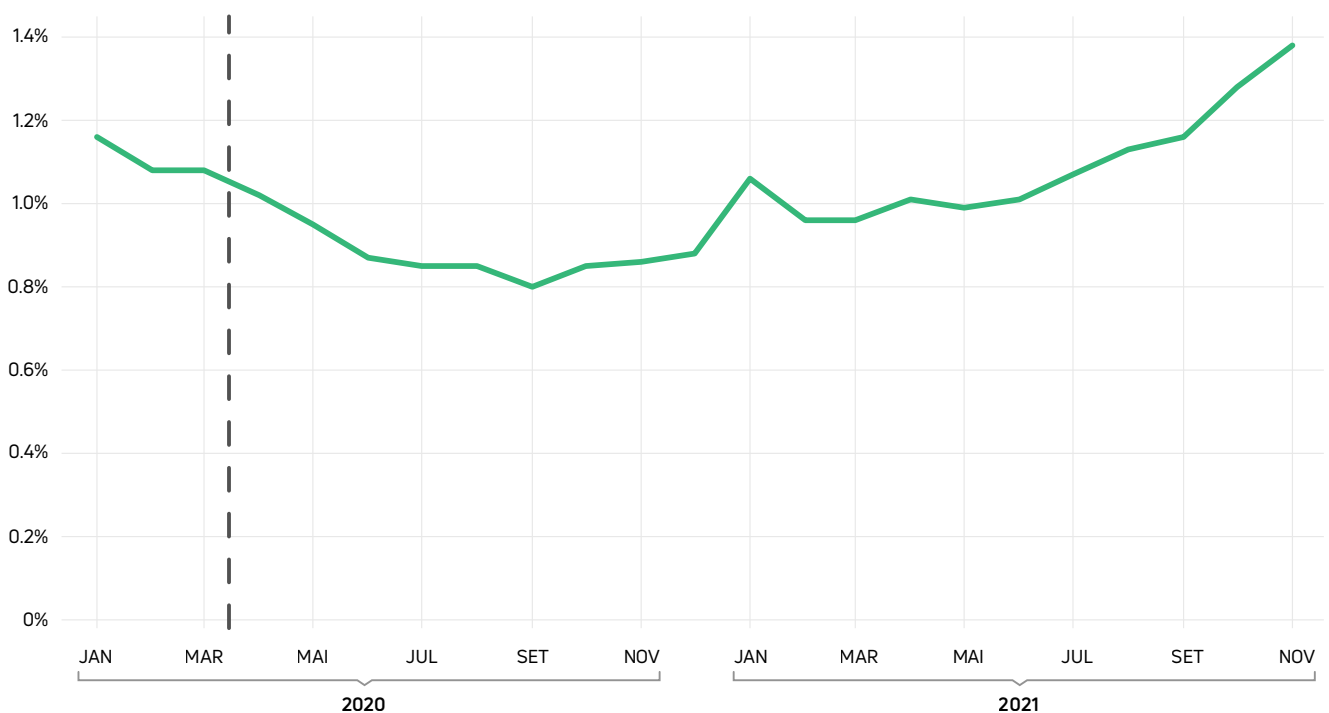
6 Micro, Pequenas e Médias empresas.



Passando para a análise do segundo semestre, o fenômeno do aumento dos juros relatado para pessoas físicas também aparece para pessoas jurídicas, o que fica evidenciado na **Figura 8**. Vemos que, em nov/20, a pessoa jurídica enfrentava, em média, uma taxa de juros mensal de 0,86% (ou cerca de 10,82% ao ano). Já em nov/21, essa mesma pessoa jurídica enfrentava,

em média, uma taxa de juros mensal de 1,38% (cerca de 17,88% ao ano), representando um crescimento na taxa média projetada anualmente de cerca de 7 pontos percentuais (ainda maior do que o crescimento encontrado pela pessoa física). Assim, notamos que o cenário mais restritivo de crédito também é bastante real para as pessoas jurídicas.

Figura 8: Taxas de Juros para Pessoas Jurídicas



Apenas Pessoas Jurídicas.
Fonte: Banco Central.

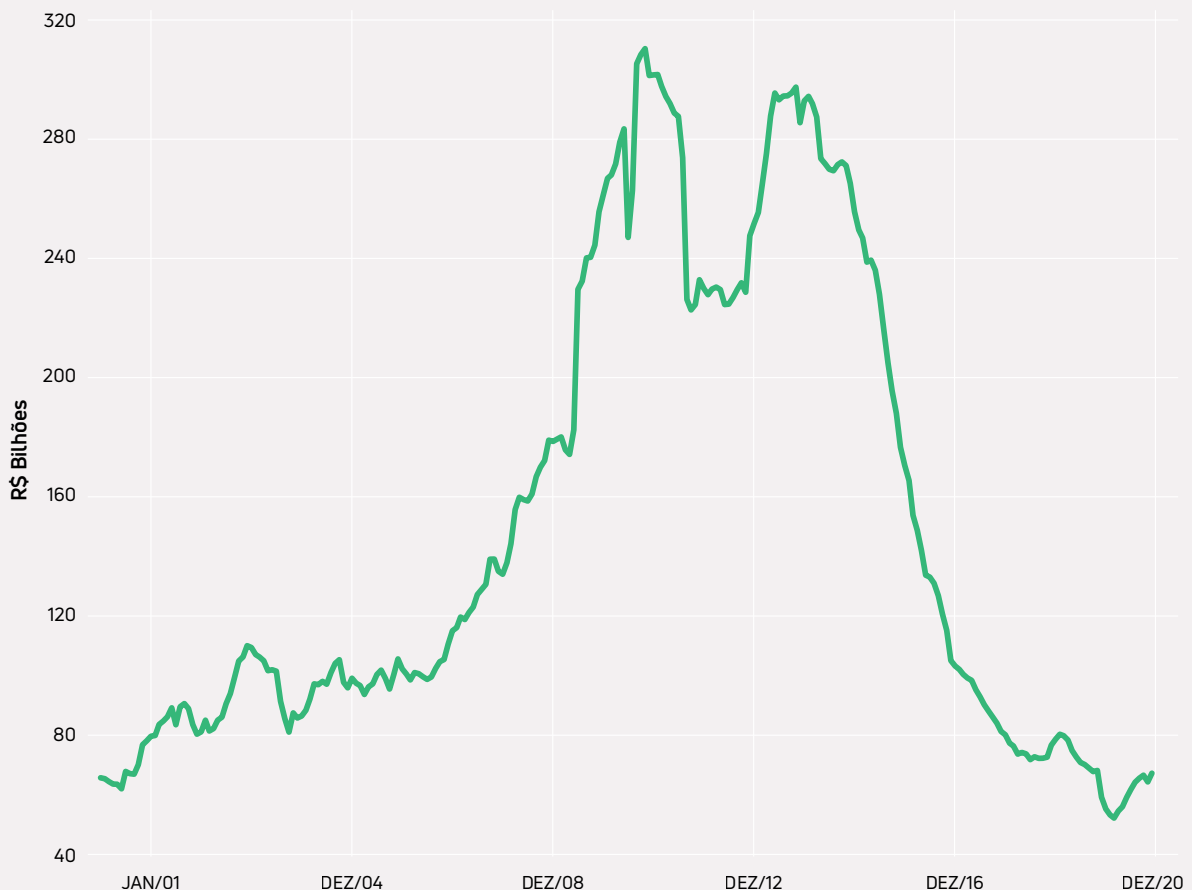
Mercado de Capitais x BNDES x Taxa de juros

Entre 2007 e 2015, os desembolsos do BNDES foram parte fundamental da tentativa do Governo Federal de promover o desenvolvimento da economia brasileira através de financiamento público e direcionado, especialmente através de seu maior programa à época, o Programa de Sustentação do Investimento (PSI). A **Figura B1** abaixo mostra os massivos investimentos do BNDES entre 2007 e 2015, que levaram a um impressionante aumento nos desembolsos no acumulado de 12 meses (valores corrigidos para jan/21), assim

como a igualmente impressionante queda desses desembolsos a partir de 2016.

Uma característica importante para o contexto do período em questão é que, entre 2012 e 2015, a mediana da meta da taxa Selic estipulada pelo Bacen foi de 10,5% a.a., relativamente próximo aos atuais 9,25%. Por outro lado, no momento de expressiva queda dos desembolsos do BNDES, entre 2016 e 2020, tal mediana ficou em 6,5% a.a., patamar bastante inferior.

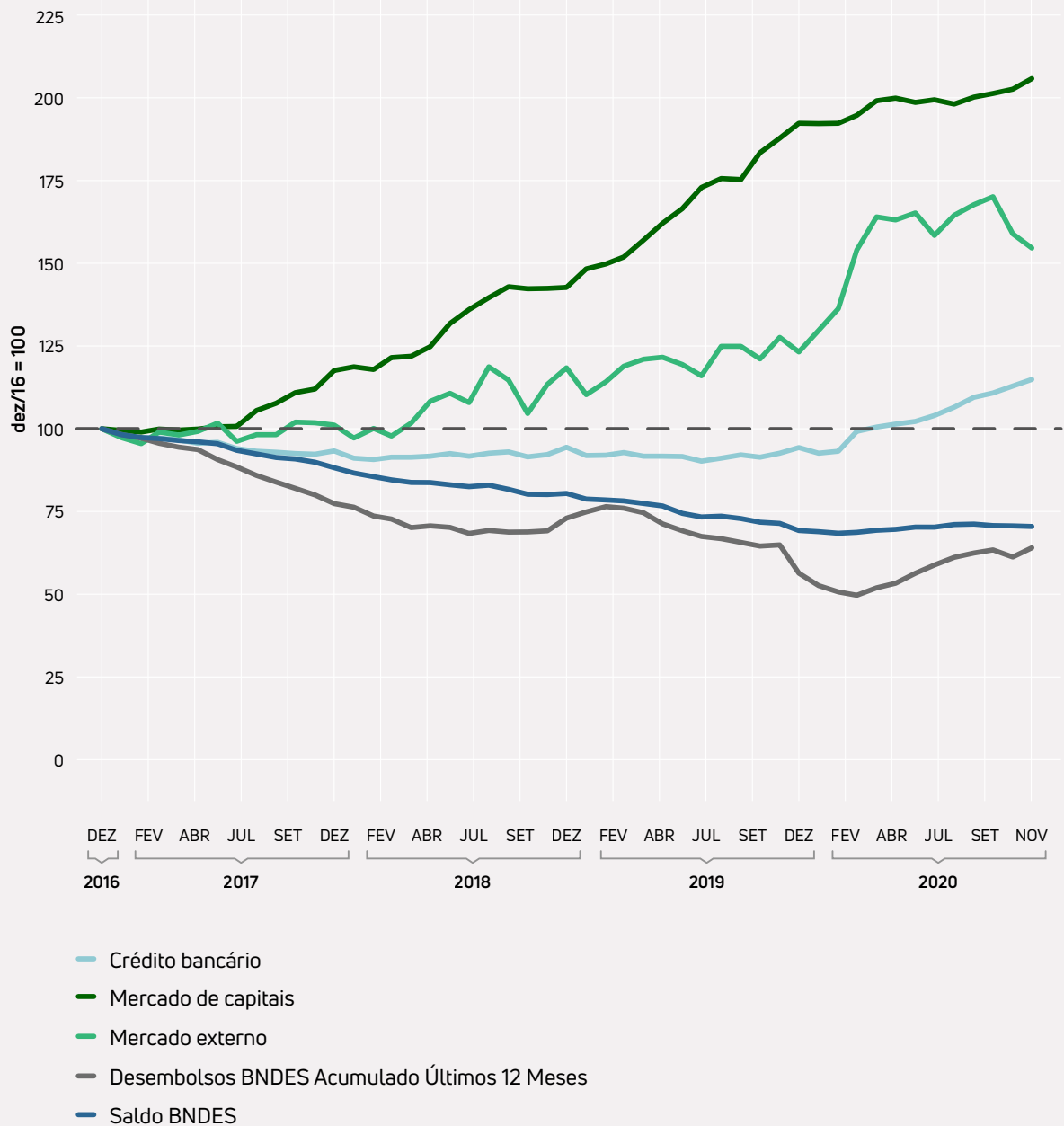
Figura B1: Desembolsos BNDES no Acumulado de 12 Meses



A **Figura B2**, por sua vez, mostra a evolução de diferentes tipos de carteira de crédito para pessoa jurídica entre dez/16 e dez/20. Os dados deixam clara a importante queda tanto do saldo quanto dos desembolsos promovidos pelo BNDES desde

2016, assim como o expressivo crescimento das carteiras promovidas por financiamentos via mercado de capitais e mercado externo. A carteira da primeira, inclusive, teve seu valor dobrado no período.

Figura B2: Crédito Amplo à Pessoa Jurídica



Fonte: Bacen e BNDES

A conexão entre a [Figuras B1](#), a [Figura B2](#) e as medianas históricas da taxa Selic, portanto, sugere uma observação interessante. Em um momento de arrefecimento das condições do mercado de crédito, com inflação elevada e meta da taxa Selic acompanhando tal elevação, o BNDES desenvolveu papel predominante, de forma positiva ou não, na estimulação do mercado de crédito brasileiro, ao passo que, quando as condições do mercado

de crédito tornaram-se menos restritivas, o mercado privado de crédito livre acabou tomando a cena e sendo o principal força motriz da carteira de crédito de pessoas jurídicas no país.

Isso sugere que as pessoas jurídicas optam pelo mercado de capitais quando se deparam com patamares de juros mais baixos, podendo ser uma evidência em prol da produtividade do mercado de crédito livre.

Assim como o observado para as pessoas físicas, no entanto, o fenômeno do arrefecimento das condições do mercado de crédito no Brasil não refletiu nos resultados de 2021 e a **Figura 9** mostra justamente esse aspecto. Vemos que entre nov/20 e nov/21, o saldo total de crédito para pessoas jurídicas cresceu cerca de 10,58%, chegando a quase R\$ 2 trilhões. No comparativo com a média de 2017, tivemos um crescimento de cerca de 20% em nov/21. Em se tratando de concessões, tivemos um aumento para o mesmo período ainda maior, de aproximadamente 21,37%, mostrando que o saldo não só vem crescendo, mas cresce a taxas crescentes. Como salientado também para pessoas físicas, é importante acompanhar o volume total concedido nos próximos meses justamente para compreender melhor qual será o impacto que o arrefecimento nas condições de financiamento do crédito sobre o mercado de crédito para pessoas jurídicas.

As **Figuras 10 e 11**, por sua vez, olham para o lado específico de oferta e demanda do mercado de crédito, com a **Figura 10** tendo como fonte dados do Serasa e a **Figura 11**, do Bacen.

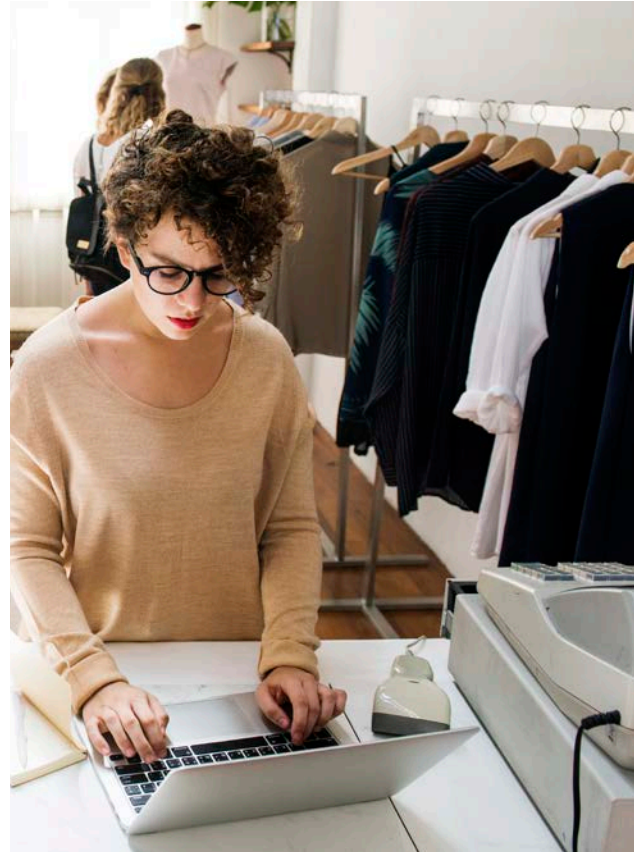
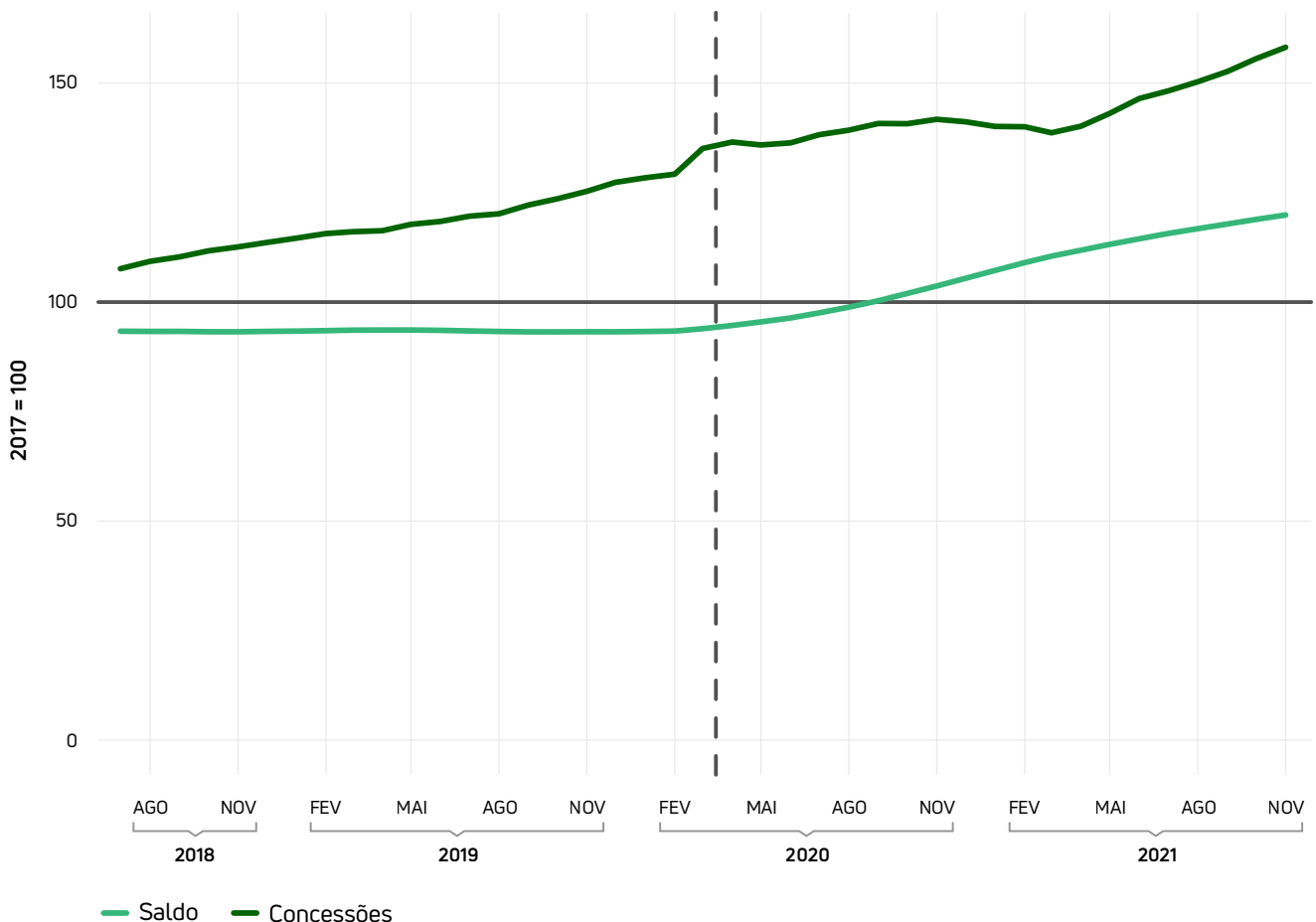


Figura 9: Saldo e Concessões para Pessoa Jurídica

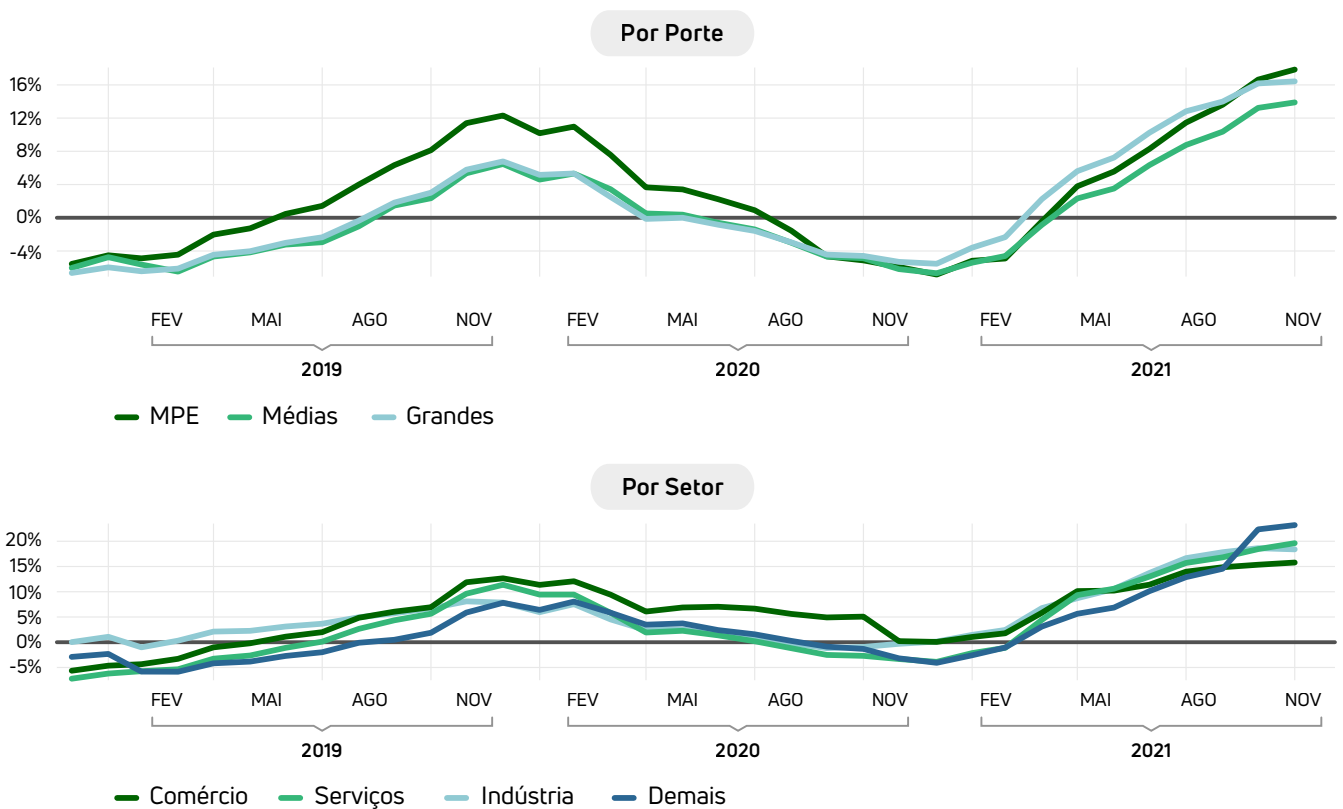


Média Móvel Anual. Apenas Pessoas Jurídicas.
Fonte: Banco Central.

Vemos, através da **Figura 10**, que a demanda por crédito entre as pessoas jurídicas no país vem crescendo de forma bastante consistente desde maio/21. As micro e pequenas empresas (MPE), por exemplo, tiveram um aumento na demanda por crédito de quase 18% em nov/21 no comparativo com nov/20, ao passo que as grandes empresas tiveram um aumento de quase 16,5% para o mesmo período. Ainda notamos que tal aumento na demanda não é um fenômeno exclusivo de algum setor e sim comum aos

principais setores da economia brasileira. Por exemplo, o setor de Serviços teve um aumento de quase 20% na demanda por crédito no período entre nov/20 e nov/21, ao passo que o setor de Comércio também teve um expressivo crescimento de quase 15,8% para o mesmo período. Novamente, olhando para a demanda segundo os dados do Serasa, não foram sentidas consequências da piora das condições no mercado de crédito brasileiro em 2021, cenário que precisa ser acompanhado em 2022.

Figura 10: Demanda por Crédito Pessoas Jurídicas - Visão Serasa



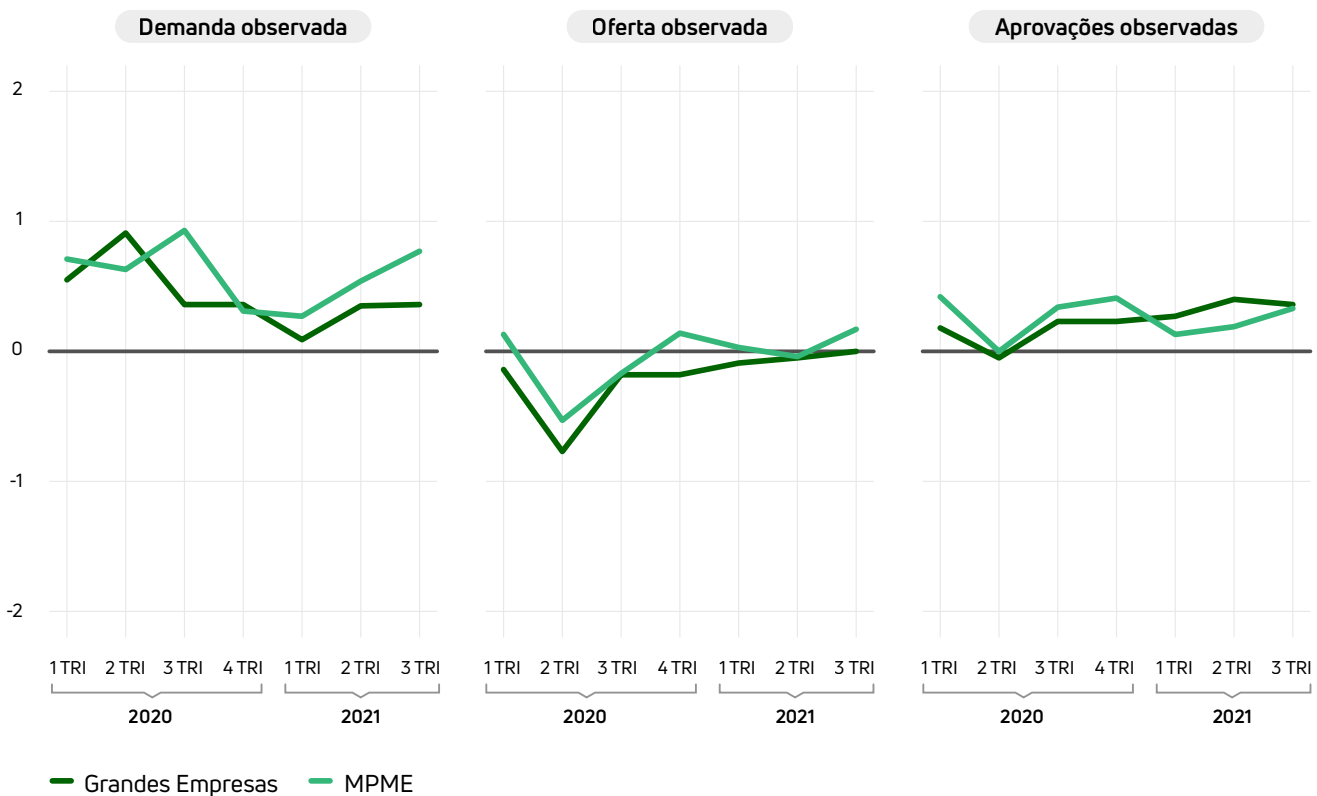
MPE: Micro e Pequenas Empresas. Faturamento bruto anual de até R\$ 4,8 milhões.
 Médias: Empresas de Médio Porte. Faturamento bruto anual entre R\$ 4,8 milhões e R\$ 300 milhões.
 Grandes: Empresas de Grande Porte. Faturamento bruto anual superior a R\$ 300 milhões.
 Média Móvel de 12 Meses.
 Fonte: Serasa Experian.



A **Figura 11** usa dados do Bacen para olhar para o outro lado do mercado de crédito: a oferta. Nota-se que, apesar de os dados do Bacen também apresentarem tendência de crescimento na demanda por crédito no país, há uma certa estabilização das ofertas observadas na comparação trimestral, principalmente a partir de 2021, o que pode ser um primeiro indicativo da piora nas condições de crédito. De qualquer forma, tal fenômeno ainda não está totalmente explícito nes-

se conjunto de dados, pois, por exemplo, quando nos voltamos para a quantidade de aprovações observadas também encontramos tendências de crescimento na comparação trimestral. Assim, ainda não está claro como o aumento da taxa de juros média encontrada pelas pessoas jurídicas afetará o mercado de crédito para elas. Ainda assim, dados de demanda e oferta de crédito serão bastante relevantes para entender esses impactos no futuro.

Figura 11: Demanda por Crédito Pessoas Jurídicas - Visão Bacen



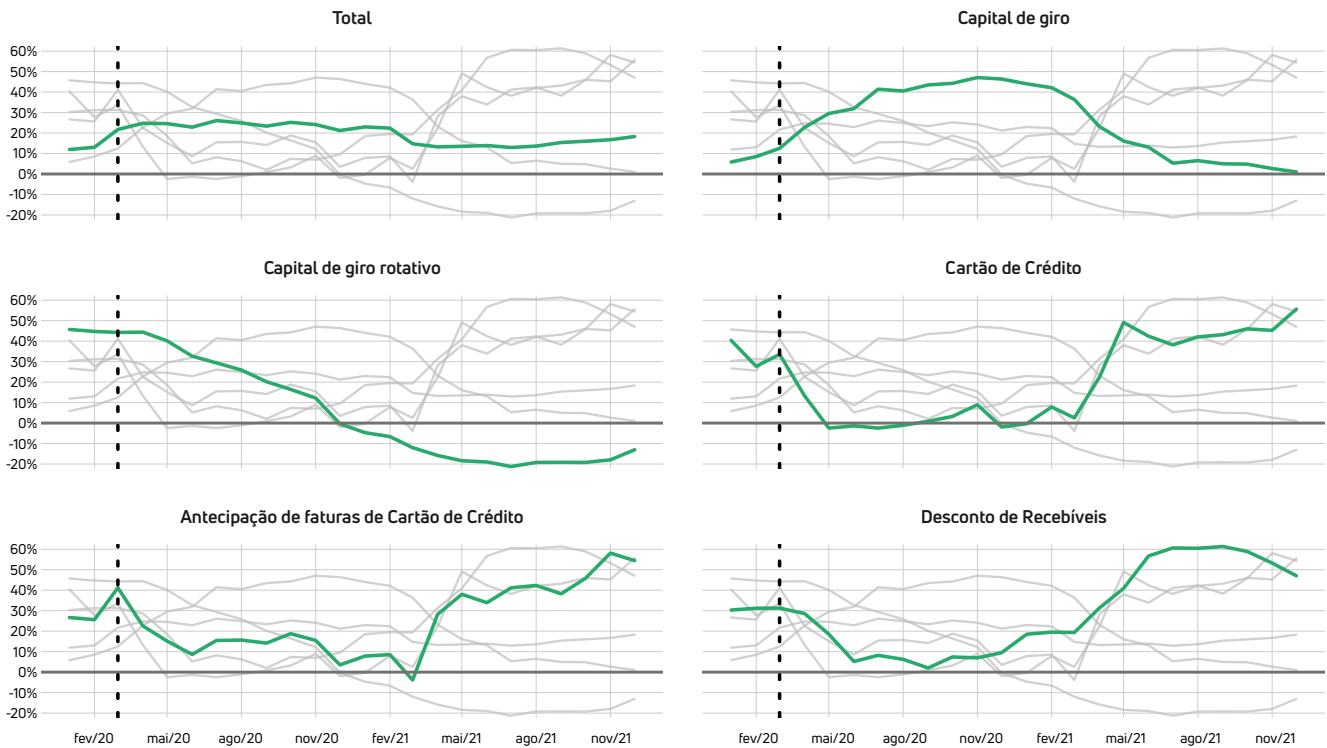
Unidade em pontos que variam de -2 (mínimo) a 2 (máximo) em comparação com o trimestre anterior.
 MPME: Micro, Pequenas e Médias Empresas. Faturamento bruto anual de até R\$ 300 milhões.
 Grandes Empresas: Empresas de Grande Porte. Faturamento bruto anual superior a R\$ 300 milhões.
 Fonte: Banco Central.

Por fim, nos voltamos para a **Figura 12**, que evidencia as dinâmicas de crescimento anual de concessão das principais modalidades de crédito para pessoas jurídicas no país. Vale destacar, no segmento de créditos livres, a queda recente no ritmo de crescimento de concessões relacionadas à modalidade de capital de giro que, em nov/21, chegou a patamares próximos a 0 (ou seja, ficou em valores bastantes próximos ao apresentado no mesmo mês de 2020). Especificamente olhando para capital de giro rotativo, vemos uma expressiva queda no crescimento das concessões, inclusive chegando, em nov/21, a um valor 20% menor no comparativo com aquele de nov/20.

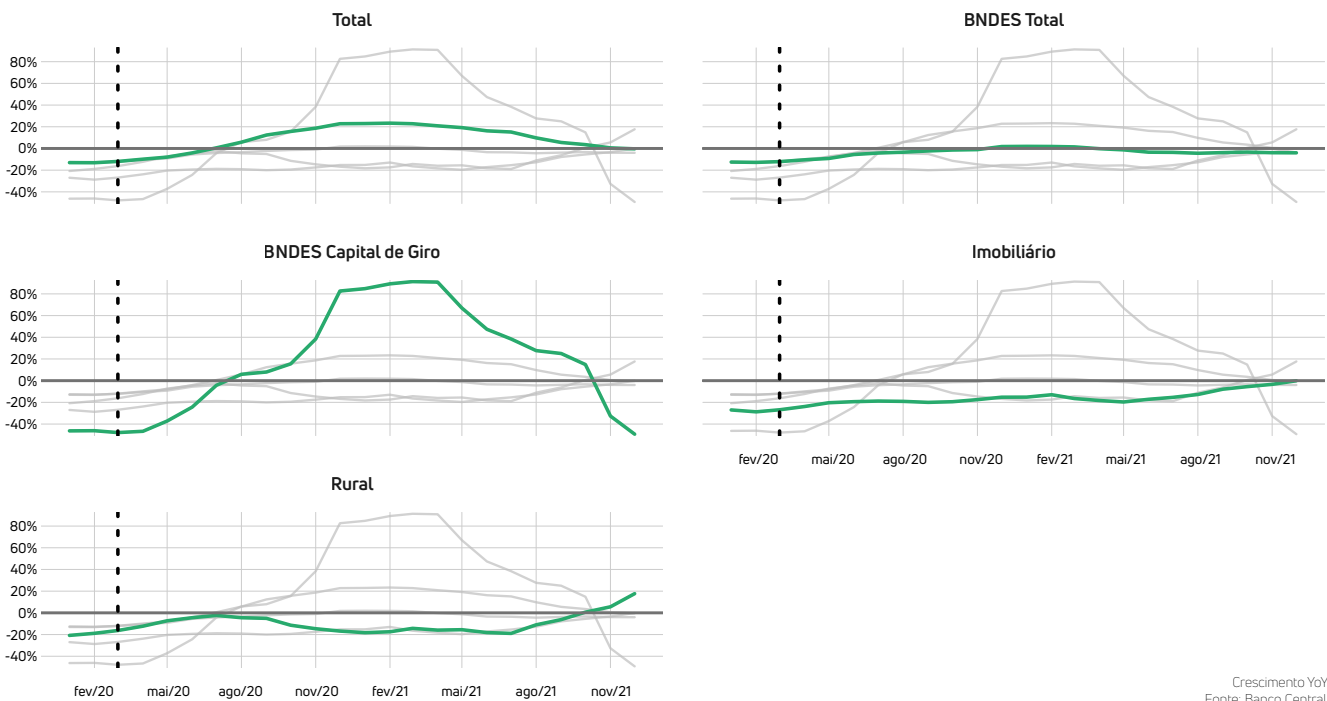
Por outro lado, créditos livres relacionados a antecipação de faturas de cartão de crédito assim como a antecipação de recebíveis são destaque positivo, com valores cerca de 50% maiores de concessão no comparativo YoY em nov/21. Em se tratando de créditos com destinação específica, vale destaque para o fato de que o crescimento YoY total desse tipo de crédito parece ter estagnado, chegando a patamares muito próximos a zero em nov/21. Além disso, destaca-se o crescimento anual de concessões totais do BNDES para pessoas jurídicas, que está em patamares estáveis de crescimento anual desde setembro de 2020, inclusive com algumas quedas durante o período no comparativo anual.

Figura 12: Crescimento YoY Concessões para Pessoa Jurídica

Crédito Livre



Crédito Direcionado



Crescimento YoY.
Fonte: Banco Central.

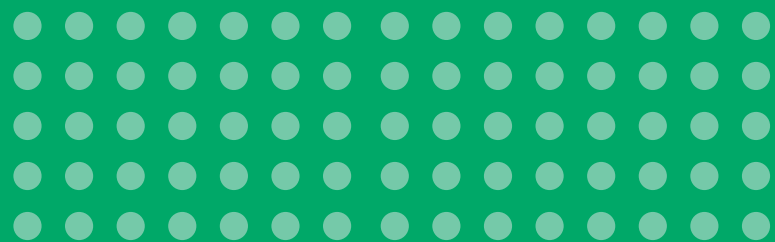
3. Considerações finais

O mercado de crédito ao longo de 2021, tanto no primeiro como segundo semestre, mostrou um cenário positivo de crescimento das carteiras de modo geral, ainda que com nuances em termos de origem do crédito ou porte das instituições que puxaram o resultado. As modalidades de destaque no segundo semestre foram o cartão de crédito parcelado e crédito pessoal não consignado no mercado para pessoas físicas e antecipações de recebíveis e faturas de

cartão de crédito no de pessoas jurídicas.

No entanto, buscamos chamar atenção para o fato de que, na segunda metade do ano, houve mudanças relevantes e relativamente bruscas nas variáveis macroeconômicas que afetam o mercado de crédito e que, apesar de isto ainda não ter refletido nos dados mais recentes, é importante acompanhar de perto como o setor irá responder a elas em 2022.





Contribuíram para este documento:

Bernardo Piquet

Guilherme Vergara

Bruna Cataldo

Rômulo Carvalho

Gabriel Madeira

Mais informações: contato@institutopropague.org



instituto

Propague

stone